

PORTARIA GP Nº 55, DE 25 DE SETEMBRO DE 2017

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, em anexo.

Desembargador FERNANDO DA SILVA BORGES
Presidente do Tribunal

ANEXO
UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2016 a AGOSTO/2017

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR	TOTAL
		NÃO PROCESSADOS	
(a)	(b)	(c) = (a) + (b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.267.927.520,10	7.382.908,11	1.275.310.428,21
Pessoal Ativo	977.664.140,26	6.784.652,36	984.448.792,62
Pessoal Inativo e Pensionistas	290.263.379,84	598.255,75	290.861.635,59
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	256.477.913,08	1.691.099,24	258.169.012,32
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	42.418,07	0,00	42.418,07
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	7.194.023,42	1.691.099,24	8.885.122,66
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	249.241.471,59	0,00	249.241.471,59
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)	1.011.449.607,02	5.691.808,87	1.017.141.415,89

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			730.531.081.000,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV) * 100	0,138454%	0,000779%	0,139233%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,255194%		1.864.271.486,85
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF)	0,242434%		1.771.057.912,50
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	0,229675%		1.677.844.338,16
FONTE: SIAFI / Tesouro Gerencial – CCIN/TRT15			22/Set/2017 – 13h e 30m.

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64.
 - b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.
- 2) Em atendimento ao disposto no item 9.6 do Acórdão nº 2097/2011 – TCU – Plenário, não foram incluídas:
- a) Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque), sendo despesa liquidada R\$ 20.551.864,55.
 - b) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque), sendo despesa liquidada R\$ 4.654.940,97.
- 3) Conforme determinação contida no Acórdão nº 346/2006 – TCU – Plenário, não foi incluído o valor de R\$ 265.068,78 referente a “Precatórios da Administração Indireta”.

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
 CONSOLIDAÇÃO DA REPUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 ITEM 9.4 DO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO \1

R\$ 1,00

PERÍODO	2ºQ/2015	3ºQ/2015	1ºQ/2016	2ºQ/2016	3ºQ/2016	1ºQ/2017	2ºQ/2017
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.128.278.747,48	1.164.516.160,00	1.170.005.127,34	1.172.305.463,06	1.208.302.759,00	1.240.718.035,99	1.275.310.428,21
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	215.454.396,44	192.016.681,46	198.902.069,03	204.844.522,88	233.657.123,05	244.199.679,30	258.169.012,32
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	912.824.351,04	972.499.478,54	971.103.058,31	967.460.940,18	974.645.635,95	996.518.356,69	1.017.141.415,89
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL							
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	656.857.642.623	674.522.742.050	700.438.647.763	695.041.041.696	722.474.299.182	718.531.431.019	730.531.081.000
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100	0,138968%	0,144176%	0,138642%	0,139195%	0,134904%	0,138688%	0,139233%
LRF, art. 20, incisos I, II e III	0,249272%	0,249272%	0,249272%	0,249272%	0,249272%	0,249272%	0,249272%
LIMITE MÁXIMO 3	Resol CNJ 5/2005 Ato decorrente 4:	ATO.SEOF.GDGCA.GP Nº 239/2005	0,249200%	0,249200%	0,249200%	0,249200%	0,249200%
	Resol CNJ 26/2006 Ato decorrente 4:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 1/2007	0,219360%	0,219360%	0,219360%	0,219360%	0,219360%
	Resol CNJ 177/2013 Ato decorrente 4:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 30/2013	0,218952%	0,218952%	0,218952%	0,218952%	0,218952%
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT Nº 12/2015		0,255194%	0,255194%	0,255194%	0,255194%	0,255194%

\1 Publicado por determinação do Acórdão 553/2017-TCU-Plenário, item 9.4.

\2 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

\3 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça

\4 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\5 RCL do 2º quadrimestre de 2015 – Portaria 509, de 15 de setembro de 2015; RCL do 3º quadrimestre de 2015 – Portaria 20, de 18 de janeiro de 2016; RCL do 1º quadrimestre de 2016 – Portaria 301, de 18 de maio de 2016; RCL do 2º quadrimestre de 2016 – Portaria 559, de 19 de setembro de 2016; RCL do 3º quadrimestre de 2016 – Portaria 37, de 19 de janeiro de 2017; RCL do 1º quadrimestre de 2017 – Portaria 416, de 18 de maio de 2017.

\6 A Portaria 494, de 6 de junho de 2017, retificou o demonstrativo da Receita Corrente Líquida do 3º quadrimestre de 2016 constante da Portaria 37, de 19 de janeiro de 2017; o valor retificado da RCL é de R\$ 709.929.575 mil; no entanto, para manter a coerência com os Relatórios de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2016, que foram publicados em janeiro de 2017, optou-se por considerar no demonstrativo o valor não retificado.

Gustavo Fachim
 Ordenador de Despesas com Pessoal

Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser
 Diretor-Geral

Sinval Alves Fernandes
 Responsável p/ Controle Interno

Fernando da Silva Borges
 Desembargador Presidente do Tribunal